

# Sumário

## I. PREMISSAS

<b>I. PREMISSAS</b> .....	<b>21</b>
1. Conceito de norma jurídica processual .....	21
2. Fontes da norma jurídica processual .....	21
3. Conceito de fato jurídico processual.....	30
4. Negócio jurídico processual .....	32
5. Protocolos institucionais.....	36
6. Princípios da tipicidade da competência e da indisponibilidade da competência. Regra da inexistência de vácuo de competência .....	37
7. Princípio da competência adequada.....	38
8. <i>A translatio iudicij</i> .....	42
9. Princípio da eficiência.....	44
<b>II. COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL</b> .....	<b>51</b>
1. Introdução: conceito, dever de cooperação judiciária e relação com as normas fundamentais .....	51
2. Breve histórico.....	53
3. Outras fontes normativas da cooperação judiciária nacional: a Resolução n. 350/2020 do Conselho Nacional de Justiça, as leis estaduais e os regimentos internos dos tribunais .....	56
4. Abrangência das normas sobre cooperação judiciária nacional: processos eleitoral, trabalhista, penal e administrativo .....	58

5. Elementos da cooperação judiciária nacional brasileira: os sujeitos da cooperação, os tipos de cooperação, os instrumentos de cooperação e os atos de cooperação .....	59
6. Atipicidade da cooperação: atipicidade de instrumentos e de atos .....	60
7. Tipos de cooperação .....	62
7.1. Cooperação por solicitação .....	62
7.2. Cooperação por delegação .....	63
7.3. Cooperação por concertação.....	63
8. A subsidiariedade do uso das cartas como instrumentos de cooperação judiciária. A disciplina normativa das cartas como parâmetro para a solução de problemas dogmáticos da cooperação judiciária nacional.....	64
9. Pedido de cooperação: a cooperação solicitada .....	66
10. Cooperação por delegação.....	66
10.1. Noção e características .....	66
10.2. Distinções .....	68
11. Atos concertados: a cooperação negociada .....	69
11.1. Generalidades e legitimidade para celebração. A cooperação interinstitucional.....	69
11.2. Objeto da concertação .....	74
11.2.1. Consideração introdutória.....	74
11.2.2. Alguns objetos de atos de concertação: a lista de exemplos do § 2º do art. 69 do CPC .....	76
11.2.2.1. Prática de citação, intimação ou notificação de ato (art. 69, § 2º, I, CPC).....	76
11.2.2.2. Obtenção e apresentação de provas e a coleta de depoimentos (art. 69, § 2º, II, CPC). A conexão probatória.....	77
11.2.2.3. Efetivação de medidas e providências para recuperação e preservação de empresas e para facilitação de habilitação de créditos na falência e na recuperação judicial (art. 69, §2º, IV e V, CPC) .....	78
11.2.2.4. A centralização de processos repetitivos (art. 69, §2º, VI, CPC) .....	79
11.2.2.5. Execução de decisões judiciais (art. 69, §2º, III e VII, CPC) .....	82
11.3. Ato concertado como hipótese de modificação de competência.....	83
12. Cooperação judiciária e sistema da <i>translatio iudicii</i> .....	88
13. A compulsoriedade da cooperação judiciária.....	89

14. As partes e a cooperação judiciária.....	91
15. Síntese do modelo brasileiro de cooperação judiciária nacional.....	93
<b>ANEXOS.....</b>	<b>95</b>
I. Enunciados do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis sobre cooperação judiciária.....	95
II. Recomendação n. 38/2011 do Conselho Nacional de Justiça .....	97
III. Resolução n. 350/2020 do Conselho Nacional de Justiça .....	100
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>117</b>